

"Pacientes ambulatoriais do sistema público não têm acesso aos medicamentos essenciais"

(Lérida Vieira, Secretária Geral do CFF, ao Ministro Humberto Costa, da Saúde)

A população desassistida que faz uso ambulatorial no sistema público de saúde não está tendo acesso aos medicamentos essenciais. O alerta foi feito pela Secretária Geral do Conselho Federal de Farmácia, Lérida Maria dos Santos Vieira, ao Ministro da Saúde, Humberto Costa, em Brasília, no mês de julho, durante audiência no Ministério da Saúde. Segundo a dirigente do CFF, a assistência farmacêutica só está menos "traumática" para os pacientes internados em hospitais públicos e para as pessoas beneficiadas pelos programas de saúde pública, como os da Aids, Malária, Tuberculose e Hanseníase.

Lérida Vieira reclamou que as farmácias públicas, nas esferas municipal, estadual e federal, não possuem estoque de medicamentos essenciais. "É muito crítica a situação", salientou, lembrando que são cerca de 51 milhões de pessoas desassistidas. Ela apelou ao Governo para que invista, com a máxima urgência, nos labora-



Lérida Vieira, Secretária Geral do CFF

tórios oficiais, de forma a que eles tenham condições tecnológicas para produzir, com qualidade e em larga escala, os itens da Rename (Relação Nacional de Medicamentos). A Secretária Geral disse ao Ministro esperar que os cidadãos deste *Brasil do novo tempo* tenha acesso garantido ao medicamento e à atenção farmacêutica.

A dirigente do Conselho Federal frisou que o CFF está desenvolvendo uma política de qualificação e humanização do farmacêutico, com vistas a que ele atenda o usuário do SUS com qualidade. Segundo Lérida Vieira, já passa da hora de o Governo criar um programa voltado exclusivamente a esta faixa da população desassistida. Ela manifestou o desejo do farmacêutico de estar participando desse programa, por tratar-se do profissional formado em medicamentos e com capacitação técnica e conhecimento estratégico para colaborar com o mesmo.